



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

VANDERSON RIBEIRO DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DOS POLICIAIS MILITARES DE FORTALEZA NA CONJUNTURA
ATUAL DA PANDEMIA

FORTALEZA
2021

VANDERSON RIBEIRO DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DOS POLICIAIS MILITARES DE FORTALEZA NA CONJUNTURA
ATUAL DA PANDEMIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Professor Dr. Cláudio Bezerra Leopoldino.

FORTALEZA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O52d Oliveira, Vanderson Ribeiro de.
OS DESAFIOS DOS POLICIAIS MILITARES DE FORTALEZA NA CONJUNTURA ATUAL
DA PANDEMIA / Vanderson Ribeiro de Oliveira. – 2021.
40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração,
Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Dr. Cláudio Bezerra Leopoldino..

1. Pandemia. 2. Policiais . 3. Trabalho. 4. Administração. I. Título.

CDD 658

VANDERSON RIBEIRO DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DOS POLICIAIS MILITARES DE FORTALEZA NA CONJUNTURA
ATUAL DA PANDEMIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Administração do Departamento de Administração
da Universidade Federal do Ceara, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Aprovado em ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Bezerra Leopoldino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Bruno Chaves Correia Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Luma Louise Sousa Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por muitas vezes pensei em desistir, não foi fácil chegar até o final. Sempre que pensei em resignar, ajoelhava-me, e pedia forças para continuar minha jornada.

Também gostaria de agradecer meus pais, Maria Rosilene Ribeiro de Oliveira e Francisco Ernandes Silva de Oliveira, vocês sempre foram meus maiores exemplos, tenho imensa gratidão de fazer parte dessa família que tanto me ensinou. Sem vocês eu não teria continuado, esse diploma não será só meu, será uma conquista da nossa família.

A minha irmã Cybely Ribeiro de Oliveira, que é um dos grandes amores da minha vida, nosso afeto é único, é verdadeiro, e onipresente, onde eu estiver, saiba que estarei próximo de você, e sempre lhe protegerei de todo mal, não desista dos seus sonhos, porque foi isso que nossos pais nos ensinaram.

E por fim, agradeço ao Professor Dr^o. Cláudio Bezerra Leopoldino, sempre solícito e atento, orientando para que esse trabalho fosse concluído. Tenho bastante admiração pela sua pessoa, exemplo de humilde, e um professor excepcional.

RESUMO

A pandemia trouxe muitos obstáculos para a classe trabalhadora. Uma das categorias profissionais que enfrentou obstáculos foi a dos policiais. Tendo em consideração este contexto, essa pesquisa objetivou analisar os principais desafios enfrentados pelos policiais militares de Fortaleza-Ce no que diz respeito a pandemia. Trata-se de um estudo do tipo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. A amostra contou com oito profissionais de segurança pública. O instrumento utilizado se tratou de um roteiro de entrevista com 6 questões que abordavam os seguintes assuntos: principais desafios na pandemia; mudanças implementadas na segurança pública devido a pandemia; presença de apoio institucional e insegurança e nível de efetividade nas medidas que foram adotadas devido a conjuntura atual que a sociedade vive. Após a coleta dos dados, os resultados obtidos foram organizados e distribuídos de forma que expressem as falas mais relevantes dos entrevistados, obtidas por meio da análise de conteúdo. Com base nos resultados encontrados identificou-se que, os principais obstáculos encontrados pelos policiais durante a pandemia foram: medo de contaminar a si mesmo e os familiares, ausência de equipamentos de proteção, conscientizar a população acerca de cumprir as medidas impostas pelo decreto do governo e preservação da saúde mental. Pode-se concluir que o policiamento foi essencial para conter a disseminação do vírus entre a população pois trabalhou como linha de frente para a preservação da ordem e da saúde da sociedade.

Palavras-chave: COVID-19. Pandemia. Polícia.

ABSTRACT

The pandemic brought many obstacles to the working class. One of the professional categories that faced obstacles was that of police officers. Considering this context, this research aimed to analyze the main challenges faced by military police officers in Fortaleza-Ce with regard to the pandemic. This is an exploratory-descriptive study with a qualitative approach. The sample included eight public security professionals. The instrument used was a questionnaire with 6 questions that addressed the following subjects: main challenges in the pandemic; changes implemented in public safety due to the pandemic; presence of institutional support and insecurity and level of effectiveness in the measures that were adopted due to the current situation in which society is living. After collecting the data, the results obtained were organized and distributed in a way that will explain the most relevant speeches of the interviewees through content analysis. Based on the results found, it was identified that the main obstacles encountered by the police during the pandemic were: fear of contaminating themselves and family members, lack of protective equipment, raising awareness about complying with the measures imposed by the government decree and preservation of mental health. It can be concluded that policing was essential to contain the spread of the virus among the population, as it worked as a front line for the preservation of order and health in society.

Keywords: COVID-19. Pandemic. Police.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 A Segurança Pública na conjuntura atual da Pandemia.....	12
2.2 Principais Desafios dos Profissionais de Segurança Pública na Pandemia	14
2.3 Desafios da Segurança Pública no Brasil.....	15
2.4 A Segurança Pública na conjuntura atual da Pandemia.....	16
2.5 Principais Desafios dos Profissionais de Segurança Pública na Pandemia.....	19
2.6 Polícia Militar e Civil.....	20
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Caracterização da pesquisa.....	22
3.2 <i>Locus</i> e Participantes do Estudo	22
3.3 Coleta de Dados.....	22
3.4 Tratamento de Dados.....	23
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	24
4.1 Principais Desafios durante o período da Pandemia.....	24
4.2 Principais mudanças implementadas na Segurança Pública.....	26
4.3 Papel desempenhado pelos Policiais durante a Pandemia	28
4.4 Nível de Insegurança	30
4.5 Efetividade das Medidas Adotadas.....	31
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34
Apêndice A.....	39

1. INTRODUÇÃO

A Polícia, no seu percurso histórico, trabalha com o intuito de assegurar os direitos democráticos e a segurança, tendo capacidade para enfrentar tanto a criminalidade comum violenta, como o crime organizado (RODRIGUES, 2010, p. 110). Desse modo, os profissionais policiais exercem um papel de grande relevância na sociedade tendo como objetivo principal proteger e evitar a violência e a criminalidade, para assim diminuir os índices que ainda são considerados altos.

Conforme Krok (2008), as organizações que têm a função de realizar o policiamento militar no âmbito estadual seguem os princípios de hierarquia e disciplina, onde objetiva-se assegurar à preservação da ordem e da paz no espaço social.

Entretanto, no ano de 2020, além dos policiais terem essa função para com a população, a sua demanda aumentou, pois, no início da pandemia esses profissionais passaram a ser considerados essenciais para trabalhar na linha de frente no combate desta situação que ainda permanece.

A pandemia da COVID-19 é vista como um dos grandes desafios da história recente da humanidade. A dispersão do vírus tem feito as instituições do Estado, com ênfase naquelas que participam da gestão de populações, a colocarem em prática o isolamento social com o objetivo de reduzir a contaminação. Diante disto, evoca-se a atuação das forças de segurança pública com forma de assegurar a governabilidade, em especial cumprir a medida compulsória do isolamento social, e na segurança do pessoal e dos insumos de saúde, que tem relação direta à profilaxia da doença (MATARAZZO; FERNANDES; ALCADIPANI, 2020, p. 899).

Olhando intrinsecamente para a organização do trabalho e para os objetivos do setor policial, pode-se ver que as atividades realizadas por estes profissionais trazem riscos que, além de próprios, por vezes se passam como naturalizados e, atualmente, se associam aos riscos da pandemia de COVID-19. Minayo e Adorno (2013) falam o quão complexos são os meandros que abarcam as vidas pessoal e profissional desses profissionais tendo como destaque os riscos básicos e conhecidos, sendo eles: a ocorrência de graves acidentes, lesões, traumas, sofrimento/adoecimento mental e até mesmo a morte.

Acerca das atividades realizadas e instrumentos, Fraga (2006) mostra as rotinas e incertezas deste trabalho, demonstrando possibilidades e deficiências para

evitar a contaminação pelo novo coronavírus. Se, antigamente, a saúde desse trabalhador já estava exposta a tantas intempéries, atualmente a fragilidade é vista como mais cruel.

Diante disto, houve diversas mudanças e alterações na área de segurança pública que fizeram com que fossem realizadas outras atividades específicas, dentre elas: a fiscalização das pessoas com o objetivo de alcançar o cumprimento das medidas preventivas para assim reduzir a contaminação pelo vírus causador da pandemia e com isso também vieram os desafios desses profissionais que se depararam com algo novo.

De acordo com Serafim (2020), é importante frisar que, nesta situação, o medo de adoecer, infectar a família e ter contato recorrente com mortos por COVID-19 eleva o sofrimento mental dos profissionais de Segurança. Para mostrar a importância desse ponto, é relevante levar em consideração que, em 2019, enquanto as taxas de suicídio para cada 100 mil habitantes em São Paulo foram de 5,8, entre os policiais militares esse índice chegou a 21,7; entre policiais civis, a taxa foi de 30,3.

Portanto, a temática explorada neste estudo envolve os desafios dos Policiais Militares de Fortaleza na conjuntura atual da Pandemia. Para uma melhor contextualização e entendimento do que se pretende explorar tem-se a seguinte pergunta norteadora: Com ênfase na conjuntura atual da pandemia, quais os principais desafios enfrentados pelos policiais militares de Fortaleza – CE?

O estudo tem como objetivo geral, identificar os principais desafios enfrentados pelos policiais militares de Fortaleza – CE no que diz respeito à pandemia. Como objetivo específico, visa-se descrever as principais mudanças trazidas pela pandemia no papel desempenhado pelos profissionais de segurança em tempo de Covid-19.

A escolha do tema se deu a partir de conhecer os principais obstáculos descritos pelos profissionais que durante a pandemia estavam atuando na linha de frente com o intuito de tomar conhecimento acerca das principais dificuldades enfrentadas diante da situação que vivenciaram.

De acordo com o Jornal da USP (2020), por mais que alguns crimes tenham reduzido durante o período de quarentena, principalmente aqueles contra patrimônios, o narcotráfico, houve o aumento, de guerras entre gangues e outros problemas associados a essa atividade. Além disso, os números de violência

doméstica também aumentaram devido ao confinamento e dos obstáculos de assistência psicológica para esses casos, trazendo conflitos.

A relevância está pautada em trazer o quanto é importante contribuir com o trabalho dos policiais fazendo com que se cumpra e respeite as estratégias estabelecidas e colocadas em prática por eles.

Há três pilares relevantes para a atividade policial, sendo eles: 1) a polícia deve ver o cidadão como pessoa de direitos; 2) o cidadão tem deveres para com a segurança pública; e 3) o policial também é um cidadão e precisa ter seus direitos mantidos para que possa identificar e respeitar os direitos dos demais cidadãos (SERRANO, 2010, p. 112).

É importante frisar que a participação dos cidadãos no auxílio do trabalho dos policiais pode acontecer sobre as seguintes conjunturas, sendo elas: 1) cooperação com a polícia em atividades diretas de prevenção à criminalidade; 2) consolidação dos meios de controle social da própria comunidade; e 3) associação entre a polícia e a comunidade local nos assuntos nos temas relacionados à segurança (diagnóstico, planejamento, avaliação e implementação) (SIMEONE, 2009, p. 52-53).

O estudo têm-se a seguinte estrutura: seção introdutória (contextualização do tema; justificativa; relevância e objetivos); fundamentação teórica trazendo os principais assuntos que envolvem a temática estabelecida (a segurança pública no contexto da pandemia e os principais desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública, tendo como base a percepção de diversos autores); procedimentos metodológicos; análise dos principais resultados e discussão; considerações finais e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados os principais assuntos que envolvem a temática fundada, trazendo autores que trabalham em torno de uma discussão mais complexa acerca das principais particularidades do que está sendo contemplado.

2.1 Policiamento no Brasil

O Policiamento no Brasil entrou em atividade no século XIX, com a Família Real protegendo-se da invasão de Napoleão e vindo para o Brasil. Com a chegada de D. João VI em companhia com a divisão Militar da Guarda Real, que foi vista como marco inicial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, inserindo assim a Segurança Pública no País (MONET, 2001).

Após um ano da chegada de D. João VI, houve a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Uma potência policial que trabalhava em tempo integral, feita no modelo militar e subordinada ao Ministério da Guerra e à Intendência de Polícia. As suas principais ações eram: aprisionar os escravos, desordeiros e criminosos e patrulhar para conter as ações de contrabando. Essas características eram dadas pela Corte Real e correlacionadas com àqueles que não aceitavam com o que lhes era proposto. Neste momento, ainda não se tinha a percepção acerca da segurança pública, nem informações sobre essa questão (CRUZ, 2013, p. 2).

No Período Regencial (1831), a Guarda Real foi substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Voluntários Permanentes por província, com o objetivo de encarar a movimentação da época. Posteriormente, a designação passou por mudança e cada província estabeleceu seu nome de acordo com a Unidade Federativa (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado do Ceará e outros).

As primeiras **polícias** foram criadas antes mesmo da independência do Brasil. Foi nessa época que apareceram as duas principais instituições policiais que são vistas atualmente no Estado: a Polícia Civil e a Polícia Militar. Esse processo de criação das forças policiais foi condicionado pelas discussões políticas entre o poder central e as lideranças locais, além da realidade social e econômica do período apontada com uma sociedade tradicionalista de base **escravagista** (HOLLOWAY, 1997).

A Proclamação da República, em 1889, começou uma nova ordem política e teve a reestruturação do aparato repressivo estatal. Apesar de que o surgimento da República não tenha definido uma mudança necessária na formação da classe atuante, a nova ordem política alterou especialmente as relações entre as diversas elites políticas, e mudou as relações entre as classes dominantes e subordinadas. A abolição da escravidão, a abertura de um federalismo muito descentralizado e o grande crescimento urbano das principais cidades brasileiras pediram grandes mudanças nas instituições policiais (SOUSA; MORAIS, 2011, p. 4).

Uma das primeiras medidas realizadas pela administração do “governicho”, foi a reestruturação da instituição por meio do presidente do Estado interino, Fernando Abott, “Através do ato nº 357, de 15 de outubro de 1892, Abott criou a Brigada Militar do Estado, extinguindo a Guarda Cívica” (MARIANTE, 1972, p. 12).

Outro ato, o de nº 371, de outubro, foi aprovado o Regimento Interno da Brigada Militar, onde tinha as competências da Brigada Militar, que eram “zelar pela segurança pública” e manter “a República e o Governo do Estado, fazendo respeitar e executar as Leis” (SIMÕES, 2002, p. 61).

No dia 1º de fevereiro de 1936, o comandante João de Deus Canabarro Cunha, mostra uma proposta para o governo do Estado de reorganização da Brigada Militar, estas mudanças ajudariam para alinhar a Brigada Militar com os novos trajetos que o país iniciava a partir da revolução de 1930. Buscando também tornar as tarefas realizadas pela Brigada, em atividades próprias de polícias ostensivas e de manutenção da ordem pública (RIBEIRO, 2011, p. 15).

Na Era Vargas, a polícia assumirá papel relevante na construção e preservação do regime autoritário. Suas atividades estendidas, sendo de sua responsabilidade a fiscalização dos grupos políticos contraditórios. Aqueles vistos como inimigos do Estado (comunistas, judeus, dissidentes políticos, entre outros) deveriam ser observados e controlados, juntamente com as classes pobres perigosas (CARVALHO, 2007).

No ano de 1985 termina a Ditadura Militar, tendo a visão de dias melhores. Em 1987 é estabelecida a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, que trouxe alterações relevantes na seara da Segurança Pública se comparada ao modelo tradicional de Segurança Pública incorporado à Segurança Nacional da época de exceção (SOUSA; MORAIS, 2011, p. 8).

2.2 Policiamento no Ceará

Em 1835 era criada, no Ceará, a Força Policial, através da resolução Provincial n°. 13 de 24 de maio, onde o presidente da Província do Ceará era Padre José Martiniano de Alencar. De acordo com Holanda (1987), o efetivo inicial esperado para a Força Policial era de 100 (cem) praças, no ano seguinte, de acordo com Martiniano (1835), em seu discurso na Assembleia, diz que não conseguir chegar às 100 praças, totalizando o número de 62.

De acordo com Holanda (1987), pela primeira vez, no Estado do Ceará, com a lei 2.365 de julho de 1926 foram estabelecidas as conhecidas insígnias de honra militares aos policiais. Tanto aos oficiais quanto às praças.

O destaque da evolução histórica das PMs no Ceará foram suas alterações de denominação, em 1939, onde a Polícia Militar passou a ser chamada de Força Policial do Ceará, devido ao Decreto n. 53, de 16 de dezembro de 1939. Com um total de 778 homens, sendo 58 Oficiais e 720 Praças (BARBOSA, 2015, p. 24).

A Polícia Militar do Ceará é uma Instituição que se confunde com a história do próprio estado. Não é à toa que falar desta Corporação é realizar um percurso pelos seus anos de existência e encontrar pessoas e acontecimentos que fizeram parte da sua história, como a Guerra do Paraguai, a Sedição de Juazeiro, Revolução de 1930 no Ceará, Combate ao Cangaço, Caldeirão, Revoluções de 1932, constitucionalista de São Paulo de 1964. Com um passado de sustentação sólida, a Polícia Militar tem relação com o presente e com o futuro, uma de suas vitórias. Ao longo de sua criação, a PM cearense mudou quatorze vezes de nome, mas nunca de ideal, que é: a Preservação da Ordem, Tranquilidade das Famílias e Segurança dos Cidadãos (PMCE, 2017).

A Lei Estadual n. 13.407 (Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, 2003) traz no seu art. 8º os deveres éticos que traçam a atividade profissional sob o signo da retidão moral – dentre eles estão:

IV – servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e de proteger a pessoa, promover, sempre, o bem-estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Código;

V – atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares; [...]

XVIII – proceder de maneira ilibada na vida pública e particular.

A PMCE foi uma das primeiras no Brasil no que diz respeito a integração do policiamento comunitário, sendo implantada no final da década de 1980 e no começo da década de 1990. O trabalho teve uma grande aceitação adjunto à população e um bom regresso para a organização, mas o projeto foi encerrado (ALENCAR; MOURA; FREITAS, 2017).

A PMCE assume papel relevante nesse processo de aprimoramento das políticas públicas. Por exemplo, os direitos que resguardam a mulher precisam que a instituição adote planos distintos que se mostre como sobrepeso para manter as relações distintas entre os gêneros masculino e feminino (FREITAS, 2017a).

A PMCE já desenvolve suas ações funcionais em perfeita consonância com os princípios que norteia o policiamento comunitário. Conta com muitos voluntários dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), na capital e no interior, com efetivo comprometimento das autoridades policiais de cada comunidade presente (ALENCAR; MOURA; FREITAS, 2017).

2.3 Desafios da Segurança Pública no Brasil

Pode-se considerar que os homicídios no Brasil estão em torno dos 60 mil nos últimos anos. (CERQUEIRA, 2013). De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando se compara os estudos de vitimização feitos entre 1988 e 2009 (com pessoas com mais de 10 anos e fazendo uma análise se foram vítimas nos últimos 365 dias), as vítimas de tentativas de roubo ou furto passaram de 1,6%, em 1988, para 5,4%, em 2009; as vítimas de roubo e furto subiram de 5,4% para 7,4%; as vítimas de agressão física aumentaram de 1,0% para 1,6% (IBGE, 2010).

Muitas decisões importantes já foram tomadas, como a Lei Maria da Penha para diminuir a violência doméstica; e como as ações afirmativas para reduzir o racismo. Entretanto, têm-se ainda muito o que percorrer no que diz respeito superar um antigo histórico de ideologia patriarcal e racista, que retroalimenta e efetiva a violência no país. Se estas ações são de grande relevância para tocar o

panorama de violência no longo prazo, suas repercussões de curto prazo são de restritos, ainda por cima quando se trata do homicídio (IPEA, 2014, p. 389).

Outro assunto importante que precisa ser levado em conta, são os principais desafios que norteiam a segurança pública, dentre eles estão: impedir o avanço de milícias e facções criminosas; redução da circulação de armas de fogo, legais e ilegais, dando maior força e confiança ao Estatuto do Desarmamento; combate à oferta de drogas e a política de diminuição de danos; ilegalidade das drogas conjugada à alta demanda pelos entorpecentes (IPEA, 2016).

De acordo com Rodrigues (2010, p. 25), também se têm como desafios: a ausência de investimentos e de domínio das tecnologias (entre as quais, o rastreamento de informações, utilização de instrumentos de localização (GPS), acessibilidade às redes de comunicação e informação) têm levado envolvimento dos serviços de polícia, além disso muitos se encontram desatualizados e em conflito com a realidade atual (RODRIGUES, 2010, p. 25).

Acerca desses principais desafios, pode-se ver que não depende somente da área de segurança pública em si, mas também de outros segmentos como a educação por exemplo, com a redução da evasão escolar pode-se ter uma diminuição da violência, além de colocar esses jovens em outro patamar e assim exercer um papel de cidadania na sociedade, com isso também fará com que o acesso ao tráfico de drogas reduza.

2.4 A Segurança Pública na conjuntura atual da Pandemia

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, “a segurança pública, é obrigação nacional, direito e responsabilidades de todas as pessoas para manter a ordem pública e a inviolabilidade de pessoas e bens foram implementados” (BRASIL, 1988).

A segurança pública tem um capítulo próprio na Constituição Federal de 1988, que está compreendido no Título V, “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”. O capítulo III do Livro V, “Da Segurança Pública”, consta somente o artigo 144, daí se tira a definição constitucional do conceito de segurança pública, presente no caput: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”.

Conforme José Afonso da Silva (2009, p. 635), “segurança pública é manutenção da ordem pública interna”. O autor ainda diz que “ordem pública será uma situação de convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes”.

De acordo com os dados de 2018 da organização mexicana Segurança, Justiça e Paz, 17 cidades brasileiras estão no ranking das 100 cidades mais violentas do mundo, tendo como quarto lugar a cidade de Natal (RN) (BBC, 2018).

Se por um lado há uma gama de fatores sociais e econômicos que auxilia de forma predominante para o aparecimento da violência – tornando-a um problema de natureza estrutural na sociedade brasileira -, por outro, o aumento e a piora recorrente da mesma violência, causados principalmente pela incapacidade do poder público em abrandar tais fatores sociais e econômicos, têm como resultado a alienação completa das causas e da violência e sua confusão com seus efeitos, tanto por parte dos estudiosos quanto por parte da sociedade civil (GUERRA; ALMEIDA, 2020, p. 4).

Tratando-se de pandemia em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) disse que o novo coronavírus (COVID-19) havia sido definida como uma pandemia (OMS, 2020). Logo, Na América Latina o primeiro caso suspeito e confirmado da COVID-19 foi no Brasil (RODRIGUEZ-MORALES et al., 2020).

Nesse panorama, o governo brasileiro tem buscado intervenções de saúde pública para reduzir os danos causados pela pandemia. No entanto, além destas soluções outros aspectos devem ser analisados e mitigados, como por exemplo o desemprego, a educação, a criminalidade etc. (ITIKI; CHOWDHURY, 2020).

Com o aumento da propagação da COVID-19 e o isolamento social estabelecido em torno de 60 dias em todo o país, é necessário pensar nos(as) profissionais que trabalham frente a frente com os cidadãos, aquilo que na literatura sobre políticas públicas é conhecida como “linha de frente” ou “nível da rua”. Nesta categoria existe uma quantidade significativa de profissionais de segurança pública que atuam em contato direto com a população e que estão em contínuo risco de contaminação e, ainda, de passar o vírus para seus familiares e amigos. Esses são os policiais civis, militares, guardas municipais, bombeiros, policiais federais, rodoviários federais (LOTTA et al., 2020, p. 3).

A polícia é uma das classes da linha de frente da batalha contra a pandemia mais susceptíveis a infecção. Em Nova York, por exemplo, grande foco da doença, até o dia 7 de abril de 2020, era formado por quase 20% do contingente policial que tinha sido contagiado pelo vírus e doze membros foram a óbito. No Brasil, ainda não há dados acerca deste fato. Entretanto, um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em associação com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgada no mês de maio de 2020 mostra que, em São Paulo, 59,7% dos policiais civis e militares tem receio de se contaminar ou ter algum familiar infectado pelo novo coronavírus e, o pior, apenas 1/3 dos policiais do Brasil falaram ter recebido equipamento de proteção individual e treinamento para atuar na pandemia em seu trabalho cotidiano (MATARAZZO; FERNANDES; ALCADIPANI, 2020, p. 899).

Entretanto, pouco se tem falado acerca dos danos do Coronavírus em suas vidas, nas suas dinâmicas de trabalho e na forma como passaram a interagir com os cidadãos. O vírus impactou duramente polícias dos países em que a pandemia está adiantada em relação ao Brasil. Por exemplo, na polícia de Nova Iorque, epicentro da pandemia nos Estados Unidos, no início de abril quase 20% do seu efetivo estava em licença médica por conta do COVID-19 e até a data 41 pessoas que atuam na força policial morreram devido à doença (DESTEFANO, 2020).

Diante do que falam os seguintes autores é visto que a pandemia também trouxe danos para a classe de policiais, já que só ficando atrás dos profissionais de saúde estão trabalhando na linha de frente como forma de manter as pessoas informadas e conscientizar as mesmas no que diz respeito a seguir as medidas preventivas pelos órgãos governamentais.

Isto faz com que a demanda aumente mais e o trabalho se torne mais arriscado levando em consideração a contaminação pelo vírus e fique mais cansativo, e para que chegasse a esse panorama foi necessário algumas mudanças

O panorama atual da pandemia da COVID-19 institui uma mudança de ponto de vista da prática policial, a qual privilegia o modelo de atuação de “combate ao crime”. Considera-se importante, neste âmbito, analisar sobre a adoção de modelos de gestão interna e de práticas mais satisfatórias e dirigidas às ações humanitárias (ALCADIPANI et al., 2020).

O combate de crises traz os papéis das lideranças organizacionais, já que desempenham ação sobre os aspectos estabelecidos das situações e as maneiras de entendê-las (WHITTLE et al., 2015), bem como ajudar no processo de geração de significados no interior das organizações.

Combe e Carrington (2015), mostram que a criação de sentido por parte dos líderes é um processo que nem sempre alcança a agilidade dos fatos vivenciados; por certo, a formação de acordo e a sensibilização dos indivíduos envolvidos pedem um certo tempo.

A discussão acerca da atuação das lideranças é ainda mais precisa em organizações policiais, as quais são fundadas em hierarquias (MATARAZZO; FERNANDES; ALCADIPANI, 2020, p. 904).

Experiências de outros países mostram o quão é necessário de conexão intraorganizacional com o objetivo de que as polícias se estimulem para o combate da pandemia, seja pela criação de procedimentos de coordenação ou pelo acionamento dos que já existem (DJALANTE et al., 2020; LEGIDO-QUIGLEY et al., 2020).

Neste sentido, é relevante que o âmbito público coloque em primeiro lugar intervenções que garantem a segurança pública ao mesmo tempo que assegure o desenvolvimento dos serviços públicos durante o período da pandemia da COVID-19, a qual traz diversas implicações e desafios na vida da sociedade. No entanto, privilegiar essas ações em meio a um ambiente muitas vezes conhecido por ausência de informações e tempo reduzido, pode não ser uma tarefa comum. Além disso, conceituar qual metodologia é prioritária pode envolver diversos aspectos que, em geral, tendem a ser conflitantes entre si (WANDERLEY; ARAGÃO, 2021, p. 2).

2.5 Principais Desafios dos Profissionais de Segurança Pública na Pandemia

De acordo com Serafim (2020), vivendo diariamente sob estresse e lutas da profissão, os trabalhadores da segurança pública estão numa situação acentuada pelos riscos do coronavírus, uma vez que são chamados a trabalhar na linha de frente do combate à pandemia por realizar serviço essencial. Neste âmbito, a COVID-19 trouxe novos desafios às categorias: O receio de adoecer e/ou de contaminar os familiares.

O contato praticamente diário com o luto das mortes advindas da COVID, problemas financeiros e o isolamento social tendo como ênfase os profissionais que estão afastados por fazerem parte do grupo de risco. É o que traz a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Devido ao coronavírus, a pesquisa do Fórum realizada por Lotta et al. (2020), mostra que mais de 50% dos policiais brasileiros não se sentem prontos ou não sabem dizer se estão realmente preparados para trabalhar em meio à pandemia. No caso de São Paulo, 39,2% se sentem preparados, média superior aos demais estados do país, outros quase 60% têm receio de contrair a doença e infectar um familiar.

A pandemia e seus efeitos em diversos setores, incluindo a segurança pública, demanda mais investigações no sentido de identificar, mensurar e registrá-los. Há muito ainda por entender sobre a pandemia atual.

De acordo com o boletim extra (2021), o Brasil chegou a 600.077 mortos pela Covid. Em relação a casos confirmados, são 21.533.752. A marca foi alcançada num período em que a pandemia está em desaceleração no país. O número médio de mortes diárias está em 438, o menor número desde novembro do ano passado, e em queda. Por mais que o índice de vítimas do vírus tenha diminuído nos últimos meses, o Brasil ainda é o 3º país com a maior média diária de novas mortes, perdendo somente para os Estados Unidos e Rússia. O país também preserva a marca de ser o que mais registrou vítimas da pandemia em 2021 no mundo: já foram registradas 405 mil mortes por Covid-19 neste ano, mais do que Estados Unidos e Índia e quase o mesmo que todos os 27 países da União Europeia juntos (SILVA et al., 2021).

Se voltando mais para a categoria policial, os números mostram que: 465 policiais civis e militares da ativa faleceram vítimas da Covid-19 em 2020, mais que o dobro do número de agentes assassinados no país (198). Os estados com mais policiais mortos pelo vírus foram Rio de Janeiro (65), Amazonas (50) e Pará (49). 126.154 policiais foram distanciados do trabalho em algum período, o que quer dizer 25% do total do efetivo no país. Tocantins foi o estado com o maior índice de afastamentos pela doença: 38% do total (SILVA et al., 2021).

Com isso, pode-se identificar que a pandemia atingiu também a classe trabalhadora dos policiais, tendo como principais impactos: afastamentos das suas atividades e óbitos.

2.6 Polícia Militar e Civil

A Polícia Militar, ensinada e preparada seguindo modelos militares, realiza a prevenção e o policiamento ostensivo fardado, bem como, quando admissível, a aplicação de prisões em flagrante e prisões por mandado judicial. Enquanto à Polícia Civil, como polícia judiciária, tem como foco dar continuidade a investigações criminais, através da abertura do Inquérito Policial, do Termo Circunstanciado de Ocorrência, do Procedimento Especial (quando se trata de ato infracional realizado por menor) ou de lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, não esquecendo também da realização de perícias e outras ações próprias da investigação até o envio dos autos respectivos à Autoridade Judiciária (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 5).

A natureza militar da polícia responsável pela ação ostensiva delinea uma prática não adequada com uma regra igualitária. Sob pressão recorrente por ações de governos, mídia e mesmo sociedade se direciona por uma “ordem” atravessada por um ideário de guerra contra o inimigo interno. A produtividade no varejo do dia a dia da polícia ostensiva se confunde com prisões que por sua vez, no maior índice dos casos, decorrerão do modelo disponível, o flagrante. Esses flagrantes chegarão na Polícia Civil, que trabalhando em uma linha de montagem que as associa ao Ministério Público, Justiça e sistema penitenciário, tem como ação evidente nos últimos anos a “explosão dos encarceramentos em seu viés racista e classista” (SOARES, 2019, p. 26).

A Polícia Militar trabalha nas ruas, não possuindo um local físico onde o cidadão possa ir em busca. Nos dias de hoje se têm policiais militares no Brasil que contam com lugares físicos (ou móveis) e locais onde a população podem bater na porta de uma companhia ou batalhão para trazer ou falar de algum fato/situação, entretanto a grande maioria da demanda chega principalmente por meio de chamados da central. Dessa forma, a PM é contatada principalmente nas ruas ou chamada pelo 190. Isso sem falar nas abordagens, que pela maioria é vista como uma das principais atividades de atuação das PMs. Já a Polícia Civil é conectada principalmente, nas delegacias de polícia. Mesmo com um local fixo, só terá comunicação com a Polícia Civil quem precisar ir a uma delegacia ou quem seja demandando em virtude de uma investigação policial (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 6).

Diante de tal arranjo institucional, captar as ações públicas o trabalho das polícias e as políticas de segurança que são de forma direta e indireta experimentadas pela sociedade é um desafio. Certas visões são necessárias em uma aproximação complexa e tolerante do trabalho policial. Para além somente das

prisões, números criminais, crimes referidos, período de resposta, respeito à lei, a falta de comportamento imoral, proteção da integridade dos processos políticos, entre muitos outros pontos (BAYLEY, 2006; USHIDA, 2014).

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa é exploratória, pois é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado por sua natureza de sondagem. Enquanto a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno (VERGARA, 2004).

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa, onde ocorre a descrição com o foco na interpretação, organização e descrição da ideia exposta pelos entrevistados (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

3.2 *Locus* e Participantes do Estudo

O estudo foi realizado na plataforma digital *Google Forms*, em agosto de 2021. A pesquisa foi composta por oito profissionais de segurança pública, onde tinham a faixa etária de 26 a 33 anos e o nível de escolaridade, com nível superior completo.

Como critérios de inclusão, foram aceitos profissionais que estejam na ativa e que concordem em participar do estudo.

E como critérios de exclusão, foram excluídos do estudo os profissionais que estão de férias ou licença no momento do estudo.

3.3 Coleta de Dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista (APÊNDICE A) com 6 questões que abordavam os seguintes assuntos: principais desafios na pandemia; mudanças implementadas na segurança pública devido a pandemia; presença de apoio institucional e insegurança e nível de efetividade nas medidas que foram adotadas devido a conjuntura atual que a sociedade vive.

Os participantes que atenderem aos critérios de inclusão foram convidados a participar e concordando com a pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No documento TCLE constavam todas as informações referentes à pesquisa de interesse dos participantes. O total de entrevistados foram no número de oito pessoas.

Após a assinatura do TCLE, foram coletados os dados sociodemográficos dos participantes através de um formulário elaborado pelo pesquisador contendo, idade, nível de escolaridade, formação e informações relacionadas a atuação na segurança pública e os principais desafios identificados na conjuntura da pandemia.

3.4 Tratamento dos Dados

Após a coleta dos dados, os resultados obtidos foram organizados e distribuídos de forma, que venha explicar as falas mais relevantes dos entrevistados por meio da análise de conteúdo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2001), essa forma de organizar os dados examina as respostas dos sujeitos da pesquisa, a fim de serem analisadas adequadamente. Ao finalizar esta etapa, foi feita a seleção das falas consideradas mais significativas, as quais autenticaram as conclusões e atribuições dos significados delas.

A pesquisa seguiu os cuidados éticos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para um melhor entendimento serão trazidas as principais falas dos entrevistados e em seguida a discussão com base em autores que tratam do assunto.

4.1 Principais Desafios durante o período da Pandemia

Neste tópico foi indagado sobre os principais receios e obstáculos identificados pelos profissionais desde o começo da pandemia e qual sua percepção acerca do que mudou durante esse período, tendo como principais relatos os seguintes:

Viver em isolamento social (E1)

Sair de casa (E2)

Tentar fazer cumprir o Decreto Estadual com as medidas de combate ao Covid-19 (E3)

Medo frequente de ser contaminado e assim transmitir para os familiares, uma vez q a atividade de policiamento não cessou e não há como desempenhá-lo com distanciamento social, devido as frequentes abordagens e buscas pessoais (E4)

Ter de desempenhar várias funções que não nos competem, como organizar filas bancárias nas épocas de auxílio emergencial (E5)

A mudança drástica social, a perda de vidas humanas, principalmente as pessoas mais próximas, o medo e a incerteza do futuro (E6)

Lidar com a população que não respeita às medidas de segurança contra o COVID 19 (E7)

Manter o psicológico em Bom estado (E8)

A partir das falas, pode-se ver que os participantes trouxeram em sua maioria como principais desafios: o medo de sair de casa e de contaminar a si mesmo e seus familiares; cumprimento das novas medidas impostas pelas autoridades; conscientizar a população e preservação da saúde mental.

Os Policiais desde o começo da pandemia vêm apresentando o ambiente de tensão crescente na prisão, além de botar em risco a vida dos profissionais que estão na linha de frente do sistema prisional. Dessa forma, o medo de contaminação pelo contágio anda junto ao risco eminente a sua integridade física (ARAÚJO, 2020).

A Polícia Militar do Ceará (PMCE), em todas as suas categorias de policiamento, dentre elas: o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE), o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/CE), a Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) e os órgãos municipais solicitaram barreiras sanitárias para prevenir as movimentações indispensáveis de pessoas entre as cidades, para a realização de aglomerações e vistoriar a abertura de comércios não essenciais (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

No aspecto de conscientizar a população e preservação da saúde mental se enquadra a questão de superar as dificuldades de passar as novas recomendações impostas pelo governo durante a pandemia para as pessoas, pois muitas não querem seguir o que é estabelecido. No que concerne à saúde mental é importante salientar que ações deveriam ser desenvolvidas junto a esses profissionais para reduzir mais o estresse, medo, dentre outros.

Esses desafios são vistos como novos entre os profissionais policiais, pois se trata de uma realidade nunca passada e que exigiu muito da equipe pois ela teve que desenvolver novas atividades que antes não era responsabilidade do setor e com isso pode-se dizer que foi algo novo.

4.2 Principais mudanças implementadas na Segurança Pública

A pandemia também trouxe algumas mudanças na área de segurança pública, transformações essas que houve pouco tempo de adaptação e isso fez com que os profissionais ficassem cada vez mais receosos, sendo elas:

Utilização do policial para cumprimento do decreto governamental (E1)

Uso de máscara e se proteger do contágio (E2)

Disponibilidade de licença caso o policial apresentasse sintomas gripais. Após um bom tempo, disponibilidade de máscaras para os policiais por parte da corporação (E3)

Teve um direcionamento maior voltado à fiscalização de estabelecimentos e aglomerações que descumpriam o que a lei determinava (E4)

Equipamentos como máscaras e visor protetor passaram fazer parte obrigatória no dia a dia (E5)

Formação continuada na capacitação dos de seus profissionais (E6)

Uso de máscara, álcool em gel e vidros baixos para circulação do ar. A carga horária permaneceu a mesma e a exposição ao vírus foi maior devido a termos que executar atividades em que existiam aglomeração (E7)

Nenhuma (E8)

Acerca desse assunto, se vê que as mudanças mais relatadas por parte dos profissionais foram, o uso de equipamentos de proteção que era algo não muito comum na realidade desses policiais, averiguação de locais para reduzir o nível de aglomeração, educação continuada para o conhecimento das novas ações que deveriam ser realizadas para combate do Coronavírus e licença de profissionais

caso houve algum tipo de contaminação, se ver que algumas dessas mudanças não eram muito desenvolvidas e acabou sendo algo novo para os policiais.

De acordo com o Jornal “acrítica” (2021), em uma entrevista realizada com o secretário adjunto de Justiça e Segurança Pública, coronel Ary Carlos Barbosa, a pandemia trouxe desafios a todas as pessoas e houve modificações no trabalho. “Aumentamos nossa atuação no Estado, tivemos também atividades adicionais nas nossas missões. Participamos de todas as ações relativas à pandemia, em especial nas restrições de circulação, nas barreiras sanitárias, nas mudanças dos cursos militares e na forma de registro de ocorrências”, listou o subsecretário.

Acerca das principais ações impostas na pandemia no Ceará estão as restrições de circulação com: o toque de recolher que proibia a circulação de pessoas onde estipularam um horário que ia de 20 h e 5h. Os espaços públicos só podiam funcionar até as 17 horas, barracas de praia, shoppings, serviços em geral, igrejas e restaurantes até as 15 horas após esse horário somente delivery. As festas e os eventos, em locais abertos ou fechados estavam proibidos (G1-CE, 2021).

Em relação as barreiras de controle, havia as seguintes recomendações: Só podem sair pessoas que mostrassem justificativa por moradia, trabalho ou busca por serviço de saúde em outra cidade.

No que diz respeito a forma de registro das ocorrências se deu pela plataforma digital, que tinha o intuito de evitar o percurso do público até uma delegacia, reduzindo assim aglomerações nas unidades policiais, visando a diminuição dos riscos de contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) (G1-AM, 2021).

Essas ações já são desenvolvidas nas unidades policiais mesmo antes da pandemia, ou seja, só houve um retorno mais rígido por se tratar de uma doença nova que estava no meio da sociedade e precisava intervir de maneira rápida.

4.3 Papel desempenhado pelos Policiais durante a Pandemia

Além dos desafios e das transformações ocorridas devido ao Coronavírus, também é importante citar como se deu a atuação dos policiais militares com enfoque nas principais ações realizadas, pois eles foram um dos profissionais que tiveram que trabalhar de linha de frente para a preservação da saúde da sociedade.

Fazer cumprir o decreto governamental (E1)

Trabalhar mesmo exposto ao vírus (E2)

Continuidade do trabalho ostensivo, bem como na preservação da ordem pública, fazendo com que a Lei em sentido amplo seja cumprida (E3)

Fiscalizar a aplicação dos decretos para o comércio, e auxiliar os órgãos que também desempenharam esse papel. Dispersar aglomerações (E4)

Manter a livre circulação de pessoas e veículos, desde que não fosse contra aos decretos estaduais e ordens federais (E5)

Papel muito importante mantendo a fiscalização, para assim minimizar a proliferação do vírus (E6)

A polícia fez um papel educativo e fiscalizador fazendo com que cada decreto fosse cumprido rigorosamente (E7)

Patrulhamento ostensivo de rotina, organizar filas de bancos, dispersar aglomeração e orientar estabelecimentos a cumprir o decreto (E8)

Pode-se ver que as principais atividades desempenhadas por esses profissionais foram: cumprimento do decreto do governo através das fiscalizações realizadas para reduzir a disseminação do vírus; dispersar aglomerações e preservação da ordem pública.

Os obstáculos advindos da conjuntura atual pedem que as forças policiais entendam que é um período de ação humanitária, em que o artifício da força deixa de ser peça fundamental das formas de atuação para dar espaço à criação de uma governabilidade negociada. Para que esses profissionais trabalhem nas ruas e se encaixem a esta nova realidade, necessita de dispositivos para uma melhor atuação (DODIER; BARBOT, 2016).

A polícia militar é um órgão contínuo e permanente para a sociedade, garantidora dos direitos fundamentais e dos poderes constituintes. Não poderíamos parar, pois também temos o dever de atuar na linha de frente no enfrentamento de pandemias.

A atuação da polícia no combate a pandemia foi definida pelo alto escalão da política estadual: governo, secretarias de saúde e segurança, e comando geral da polícia militar.

Inicialmente, as diretrizes institucionais eram passadas do comando para tropa, ou seja, cada quartel de polícia era responsável por passar as diretrizes definidas pela gestão de comando às unidades operacionais.

As principais ordens eram, policiamento ostensivo, a fim de inibir aglomerações, fiscalizar o uso de máscaras, realizar blitz de barreiras sanitárias, controle da abertura e fechamento dos comércios, além de combater e inibir o crime nas ruas.

Por fim, atuando de maneira orientada e educativa, conseguíamos em algumas ocasiões fazer entender a crise que estava sendo enfrentada naquele momento, conseguindo a aceitação de algumas pessoas e a negação de outras.

Houve também uma crise interna dentro da instituição, principalmente quando a pandemia se estendia, a briga política sobre a doença aumentava nas esferas estaduais e federal, alguns policiais começaram a pensar que estávamos sendo objetos de coação ao cidadão que queria trabalhar, enquanto outros achavam que as medidas até então adotadas eram necessárias.

4.4 Nível de Insegurança

Outro assunto de grande relevância, foi o índice de insegurança durante a pandemia a partir dos relatos dos profissionais e eles relataram que:

Sim (E1)

Sim, ser contaminado e trazer a doença para os familiares (E2)

Sim, por ser um vírus complexo, que ainda está em fase de estudos, que atinge cada indivíduo de forma diferente, o receio de trabalhar em grupos existe (E3)

Até descobrir a potencialidade do vírus e a forma de conter, sim (E4)

No começo da pandemia sim, receio de ser infectado (E5)

Muitas vezes, principalmente no início da pandemia, quando víamos companheiros tombarem durante a luta contra a pandemia (E6)

Sim, por vezes o trabalho é insalubre (E7)

Sim, devido a maior exposição ao risco de contaminação (E8)

Por meio desses dados, pode-se identificar que todos os entrevistados entraram em concordância acerca de ter sentido insegurança com a pandemia, principalmente no que diz respeito a contaminar seus entes queridos e a si mesmo, a estarem mais propensos a contaminação e as condições de trabalho.

A polícia atuou diuturnamente para fazer cumprir todas as ordens estabelecidas durante o período de pandemia, porém, existiu algumas falhas institucionais, e as principais foram: Falta de EPI's, que não eram entregues de maneira suficiente e satisfatória aos policiais; Álcool, máscaras, luvas; "Vouche" para lavar viaturas após término de um plantão, o que levou muitos policiais a adoecerem e serem vitimados; Além de baixas durante o serviço operacional, já que muitos pegaram Covid-19, e isso acabava sobrecarregando o serviço diário.

4.5 Efetividade das Medidas Adotadas

Em relação as precauções que foram tomadas na pandemia, foram indagadas aos policiais se ações foram efetivas ou não para o controle da pandemia conforme as falas dos entrevistados, onde eles argumentaram que:

Não (E1)

Sim (E2)

Não (E3)

Sim, principalmente na orientação e combate as aglomerações (E4)

Aparentemente não, devido ao grande número de policiais contaminados e mortos pelo vírus, além da grande demora na vacinação, que a meu ver, deveria ter sido aplicada junto com os profissionais de saúde (E5)

N/A (E6)

Sim (E7)

Infelizmente não, muitos profissionais adoeceram (E8)

Portanto, constatou-se que as respostas tiveram divergências, mas a grande maioria falou que não houve efetividade nas ações impostas pelas autoridades pelo fato do adoecimento de muitos companheiros de trabalho e a demora pela vacina que poderia ter salvado muitas vidas.

Por fim, se vêem que esse estudo trouxe informações de grande relevância no que diz respeito a percepção de profissionais que atuaram na linha de frente sobre a pandemia, as principais dificuldades que vivenciaram durante esse período crítico que foi a pandemia e as principais transformações que ocorreram para evitar a propagação do vírus.

É importante também destacar que, as medidas que foram impostas durante o período de pandemia foram essenciais para que houvesse uma certa redução nas contaminações e assim houvesse menos hospitalizações, dentre as principais estão: as restrições de circulação, as barreiras sanitárias e o toque de recolher.

Não se pode negar que os profissionais tiveram que lidar com muitas situações indesejáveis, dentre elas a conscientização da população que foi um dos maiores obstáculos, pois muitas pessoas desobedeciam ao que se tinha estabelecido, fazendo assim com que houvesse ações mais rígidas.

A polícia militar foi de grande relevância na pandemia, ela auxiliou bastante com o seu trabalho atuando na linha de frente, a sua participação foi de grande valia pois a partir dela foi possível colocar ações em prática que pareciam impossíveis.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como intuito principal, identificar por meio de uma pesquisa de campo os principais desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública.

Os policiais militares que foram essenciais no combate ao vírus, o qual se instalou na sociedade e trouxe inúmeras medidas que precisavam ser obedecidas para não haver uma contaminação maior.

Com isso, a partir dos questionamentos feitos, pôde-se ver que os principais obstáculos dos policiais foram, driblar o medo de contaminar a si próprio e suas famílias, conscientizar a população acerca das medidas impostas pelas autoridades e desempenhar novas ações que não eram de costume por parte dos profissionais, além de conter o receio que era sair de casa para exercer o seu papel.

Os objetivos propostos foram alcançados e a investigação contou com as principais percepções de profissionais da área da segurança pública com base na temática explorada.

Esse estudo trouxe como contribuição principal, conhecer melhor a realidade da profissão dos policiais militares diante da pandemia que foi instalada na

sociedade e os principais impasses encontrados pelos policiais, sendo os principais: o receio do vírus, a falta de insumos necessários, preservação da saúde mental, dentre outros.

Por fim, também é importante frisar que sejam realizados mais estudos acerca desse tema, para se ter dados mais concretos para serem explorados em outros momentos.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FERNANDES, A.; LOTTA, G. (2020, June). Street-Level bureaucrats under COVID-19: police officers' responses in constrained settings. *Administrative Theory & Praxis*, 1-10. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/10841806.2020.1771906>.

ALENCAR, J.W.A.; MOURA, V.C.; FREITAS, J.M.M. (2017). **Doutrina de Polícia Comunitária (Curso de Formação Profissional para a Carreira de Praças Policiais Militares do Ceará)**. Fortaleza, CE: Academia Estadual de Segurança Pública.

ARAÚJO, I. **O medo dos policiais penais em meio a pandemia**. Justificando, 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/07/09/o-medo-dos-policiais-penais-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 14 set. 2021.

BARBOSA, M.C. Desmilitarização da polícia militar: **O que pensam os oficiais da polícia militar do Ceará?**. Universidade Estadual do Ceará centro de estudos sociais aplicados, 2015. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=19e11be5-f65a-40af-93c3-29ecc07a5ea2>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BAYLEY, D.H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2006.

BBC NEWS. **Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo (e 17 estão no Brasil)**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J.M. **Vargas e os militares: Aprendiz de feiticeiro**. In: As instituições brasileiras na era Vargas. Organizadora Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed UERJ: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999.212pp. p. 62.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1.848).

COMBE, I.A.; CARRINGTON, D.J. (2015). Leaders' sensemaking under crises: emerging cognitive consensus over time within management teams. *Leadership Quarterly*, 26(3), 307-322. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2015.02.002>.

COSTA, I.F. **Polícia e sociedade gestão de segurança pública, violência e controle social**. EDUFBA, 2005.

CRUZ, G.B. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. *Cadernos de Segurança Pública*, Ano 5, Número 04, março de 2013.

DESTEFANO, A.M. NYPD: COVID-19's wrath on cops appears to have passed. 2020. Disponível em: <https://www.newsday.com/news/health/coronavirus/nypd-covid-19-1.44453275>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DJALANTE, R.; SHAW, R.; DEWIT, A. (2020, April). Building resilience against biological hazards and pandemics: COVID-19 and its implications for the Sendai Framework. *Progress in Disaster Science*, 6, 100080. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pdisas.2020.100080>.

DODIER, N.; BARBOT, J. La force des dispositifs. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 71, n. 2. p. 421-448, 2016.

FRAGA, C.K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006. Acesso em: 23 jun. 2020. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Trabalho%20Policial%20Militar.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2021.

FREITAS, J.M.M. (2017b). **Violência contra a mulher: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção integrada, assistencial e de urgência da Lei Maria da Penha** (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

GUERRA, S.; ALMEIDA, L.L. A questão dos direitos humanos na segurança pública. **Revista de Políticas Públicas**, n. 5, 2020.

G1-AM. **Com pandemia, nº de boletins de ocorrência feitos pela internet aumenta 20%; veja passo a passo.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/07/com-pandemia-no-de-boletins-de-ocorrencia-feitos-pela-internet-aumenta-20percent-veja-passo-a-passo.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2021.

G1-CE. **Covid-19: veja quais restrições ocorrem no Ceará durante o fim de semana.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/27/covid-19-veja-quais-restricoes-ocorrem-no-ceara-durante-o-fim-de-semana.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Fiscalizações são intensificadas para cumprimento de medidas de isolamento no Ceará.** 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/03/12/fiscalizacoes-sao-intensificadas-para-cumprimento-de-medidas-de-isolamento-no-ceara/>. Acesso em: 14 set. 2021.

HOLLOWAY, T.H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOLANDA, J.X. **Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção.** Vol. 1. Fortaleza: IOCE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil (2009).** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/y3CWem>>. Acesso em: 18 set. 2021.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento estado, planejamento e políticas públicas**, v. 4, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3624/1/Livro_Brasil%20em%20desenvolvimento_2014_Estado%20planejamento%20e%20pol%3%adticas%20p%3%bablicas_v.%202.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

IPEA (2016). **É possível deter a violência?** Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3235&catid=30&Itemid=41. Acesso em: 17 out. 2021.

ITIKI, R.; CHOWDHURY, P.R. Fast deployment of COVID-19 disinfectant from common ethanolof gas stations in Brazil. **Health Policy and Technology**, v. 9, n. 3, p. 384–390, 2020.

JORNAL DA USP. **“Ação policial na pandemia deveria ser mais de mediação e menos de punição”.** 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/acao-policial-na-pandemia-deveria-ser-mais-de-mediacao-e-menos-de-punicao/>. Acesso em: 30 maio. 2021.

JORNAL ACRÍTICA. **Profissionais falam dos desafios da Segurança Pública em debate na ALEMS,** 2021. Disponível em: <https://www.acritica.net/editorias/politica/profissionais-falam-dos-desafios-da-seguranca-publica-em-debate-na-ale/522171/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

KROK, J.T. 2008. **O vínculo constitucional entre o exército e as polícias militares**: reflexos na estrutura organizacional, formação e prática profissional (1934-1988). (Dissertação). Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Curso de Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

LEGIDO-QUIGLEY, H.; MATEOS-GARCÍA, J. T.; CAMPOS, V. R.; GEA-SÁNCHEZ, M.; MUNTANER, C.; MCKEE, M. (2020). The resilience of the Spanish health system against the COVID-19 pandemic. *The Lancet Public Health*, 5(5), e251-e252. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30060-8](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30060-8).

LOTTA, G.; SOBRAL, I.; CORRÊA, M.; ALCADIPANI, R.; BUENO, S. **A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros**. FGV, 2020.

MARCONI, Maria de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATARAZZO, G.; FERNANDES, A.; ALCADIPANI, R. Organizações policiais frente à pandemia: sensemaking, liderança e discricionariedade. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p:898-908, Jul./Ago, 2020.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013. Disponível https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300002. Acesso em: 29 maio. 2021.

MONET, J.C. **Polícias e Sociedades na Europa**. ed. São Paulo. EDUSP. 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). 2020. Disponível em:<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PMCE. Institucional. Governo do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RIBEIRO, L.C. **História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

RODRIGUES, M.P.R. **Gestão da polícia militar**: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã. Fundação Getúlio Vargas, Dissertação, 2010.

RODRIGUEZ-MORALES, A.J.; GALLEGU, V.; ESCALERA-ANTEZANA, J.P.; MÉNDEZ, C.A.; ZAMBRANO, L.I.; FRANCO-PAREDES, C., et al. COVID-19 in Latin

America: The implications of the first confirmed case in Brazil. *Travel Medicine and Infectious Disease*, v. 35, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2020.101613>.

SERRANOS, A.S. **A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia.** 2010.

SERAFIM, F. **Pandemia aumenta desafios ao cotidiano e à saúde mental dos trabalhadores da segurança pública.** 2020. Disponível em: <https://sifuspesp.org.br/noticias/7672-pandemia-aumenta-desafios-ao-cotidiano-e-a-saude-mental-dos-trabalhadores-da-seguranca-publica>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SILVA FRANCO, A. et al. **Código de Processo Penal e sua Interpretação jurisprudencial.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

SILVA, C.R.; TITO, F.; PETRÓ, G.; MODELLI, L.; GALLLO, R. **Brasil atinge 600 mil mortes por Covid com pandemia em desaceleração.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/08/brasil-atinge-600-mil-mortes-por-covid-com-pandemia-em-desaceleracao.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, C.R.; GRANDIN, F.; CAESAR, G.; REIS, T. **Número de policiais mortos com Covid-19 é mais que o dobro dos que foram assassinados nas ruas em 2020.** G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/numero-de-policiais-mortos-com-covid-19-e-mais-que-o-dobro-do-de-assassinados-nas-ruas-em-2020.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2021.

SIMEONE, M. **Mobilização e Organização Comunitária:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

SIMÕES, M. **A História da Brigada Militar – Para fins Didáticos e de Palestras.** Editora APESP, POLOST, 2002, Porto Alegre.

SOARES, L.H. **Desmilitarizar:** segurança pública e direitos humanos. Boitempo Editorial, 2019.

SOUSA, R.C.; MORAIS, M.S.A. **Polícia e sociedade:** uma análise da história da segurança pública brasileira. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

TEIXEIRA, F.C.B.; OLIVEIRA, A. **A diferença entre Polícia Militar e Polícia Civil aos olhos dos cidadãos paulistanos.** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 12º Encontro da ABCP, 2020. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/02/diferenca-entre-policia-militar-e-policia-civil-aos-olhos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2201.

UCHIDA, C.D. Police Performance Measurement. **Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, p. 3702-3711, 2014.

WANDERLEY, M.C.G.; ARAGÃO, J.P.S. Análise de decisão multicritério para identificação e priorização de estratégias de segurança pública durante a pandemia da covid-19. **Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento**, v. 13, e13003, p. 1-14, 2021.

WHITTLE, A.; HOUSLEY, W.; GILCHRIST, A.; MUELLER, F.; LENNEY, P. (2015). Category predication work, discursive leadership and strategic sensemaking. **Human Relations**, v. 68, n. 3, p. 377-407. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0018726714528253>.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Dados Sociodemográficos

Idade: _____

Nível de Escolaridade: _____

1 – Quais os principais desafios durante o período da pandemia?

2 – Quais as principais mudanças implementadas na Segurança Pública, no que diz respeito a atuação da polícia militar?

3 – Qual o papel desempenhado pelos profissionais de Segurança Pública policiais militares, durante a pandemia?

4 – Existiu apoio institucional para executar as funções determinadas?

SIM

NÃO

5 – Sentiu insegurança no momento de executar o trabalho em meio a pandemia?

SIM

NÃO

6 – As medidas adotadas para a atuação do policial militar foram efetivas?

OBRIGADO!!!